

Literatura testemunhal na ditadura militar:

conexões entre História e Literatura

p. 83 - 92

João Sinhori¹

Cerize Aparecida Nascimento Gomes²

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar, juntamente com a Nova História Cultural, a composição do imaginário social no final da década de 1960 no Brasil, ou seja, durante o regime militar. Para isto, utilizo como objeto de estudo os livros “O que é isso companheiro?”, de Fernando Gabeira (1979) e “1968: o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura (1988) que testemunham e discutem a política, a clandestinidade e o comportamento dos jovens agentes da época. Este trabalho se torna importante ao modo que as duas obras, mesmo sendo lançadas em momentos distintos, inserem-se em um contexto de censura televisiva, comportamental e principalmente documental. É abordado o tema da Literatura Testemunhal, juntamente com Márcio Seligmann-Silva para delinear as características deste gênero que constitui as obras dos dois autores; testemunhas, agentes, sujeitos e espectadores dos eventos históricos que narram. Através desta discussão o artigo explora os diálogos que ocorrem entre História e Literatura, estes que se iniciaram nos anos 1960, basicamente pensando a realidade além de empírica, simbólica. Os teóricos que participam deste debate são Hyden White, Antonio Celso Ferreira, Nicolau Sevcenko, Ligia Chiappini e Durval Muniz de Albuquerque Junior, os quais incentivam os estudos comparativos entre escrita da história e escrita literária, questionando as fronteiras entre arte e ciência; ficção e verdade; gêneros literários; narrativa histórica e narrativa literária.

Palavras-chave: Literatura Testemunhal; Nova História Cultural; História e Literatura; Ditadura Militar

Abstract

This article aims to analyze, together with the New Cultural History, the composition of the social imaginary in the end of the 1960's in Brazil, that is to say, the military regime. The object of study are the books “What's up guy?” by Fernando Gabeira (1979) and “1968: the year which did not finish” by Zuenir Ventura (1988), authors who witness and discuss politics, clandestinity and the behavior of the young agents of this period. This study is important due to the fact that these two works, although published in distinct moments, are placed in a context of television, behavioral and mainly documental censoring. The theme of the Testimonial Literature, along with Márcio Seligmann-Silva, is approached to delineate the characteristics of this genre which constitute the works of the two authors; witnesses, agents, subjects and expectators of the narrated historic events. The article explores the dialogues that occur between History and Literature that initiated in the 1960's, basically thinking about the reality beyond the empiric, the symbolic. The theoreticians involved in this debate are Hyden White, Antonio Celso Ferreira, Nicolau Sevcenko, Ligia Chiappini and Durval Muniz de Albuquerque Junior, those of who encourage the comparative studies between writing of history and literary writing, questioning the borders between arts and science; fiction and reality; literary genres; historic narrative and literary narrative.

Keywords: Testimonial literature; New Cultural History; History and Literature; Military Dictatorship.

1 Graduando em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. Voluntário do grupo PET-Letras. E-mail: joaosinhori@hotmail.com

2 Mestre em Movimentos Sociais na História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora da Unicentro. E-mail: deletunicentro@yahoo.com.br

Introdução

Aliás o narrador não teria meio de lançar-se numa empresa deste gênero se o acaso não o houvesse posto em condições de reunir vários depoimentos e se se não tivesse visto forçado a ingerir-se no que deseja relatar. Isto lhe dá aparências de historiador. Um historiador, embora novato, possui documentos. O narrador tem os seus: primeiro o seu testemunho, depois o de outros, sendo, por ofício, levado a catar confidências de todas as personagens desta crônica, afinal os textos que lhe caíram nas mãos.
Albert Camus

Este artigo é fruto de inquietações e reflexões sobre as possíveis relações que a História pode ter com a Literatura, pois tais posturas teóricas e metodológicas já garantiram seu lugar diante da pesquisa histórica. Trata-se de dar continuidade aos trabalhos que tentam ampliar os desafios interdisciplinares e incentivar o estudo da cultura nas suas ilimitadas variações. Servindo-se da obra literária como forma de expressão cultural, adquirimos contato com as forças simbólicas que nos levam a pensar a “realidade” de determinada época em seu determinado espaço, pois se acredita, acima de tudo, que esse “real” que angustia os historiadores, além de empírico e objetivo, é simbólico e subjetivo.

Defino minhas fontes históricas fazendo uso das obras literárias *O que é isso companheiro?*, do atual deputado federal Fernando Gabeira, publicada em 1979, e de *1968 - o ano que não terminou*, do jornalista Zuenir Ventura, publicada em 1988. Estes dois livros foram incorporados a esta pesquisa pois ela tem como objetivo pensar a constituição de um imaginário histórico coletivo no final da década de 1960 no Brasil, principalmente no ano de 1968, que é historicamente conhecido como um ano conturbado, de repressão e rebeldia, direita e esquerda, cultura e contra-cultura.

O livro de Fernando Gabeira narra em primeira pessoa os primeiros contatos do autor com as manifestações de 1968, sua vida de

jornalista de “esquerda” até a infiltração em grupos revolucionários que tinham como bandeira a luta armada; sua participação no sequestro do embaixador americano em 1969, a fuga, a clandestinidade, a prisão e as torturas. O autor termina a narração dentro de um avião saindo do Brasil para o exílio, que perdurou por 10 anos.

Estruturado de forma diferente, o livro de Zuenir Ventura limita seu texto ao fatídico ano de 1968. Através de um trabalho de reconstituição histórica a partir de entrevistas, jornais, documentos e livros, ele remonta o cenário político e comportamental da juventude revolucionária da época. As duas obras destacam acontecimentos importantes e decisivos daquele ano como a morte do estudante Edson Luis Lima Souto, a passeata dos 100 mil e o decreto do Ato Institucional número 5. O cenário destes acontecimentos é o Rio de Janeiro, embora Gabeira mencione São Paulo algumas vezes, portanto podemos concluir que pensamos em um imaginário urbano que se contextualiza com a ditadura militar que tem início em 1964.

Inicialmente, o artigo aborda as relações entre História e Literatura partindo dos pressupostos da Nova História Cultural, assim, são analisados os diálogos que se constituíram entre História e Literatura, a partir dos anos 1960, buscando perceber a interligação desses saberes. A escolha predominante por autores brasileiros foi feita para delinear os avanços de tais pesquisas em território nacional, são eles Antonio Celso Ferreira, Nicolau Sevcenko, Durval Muniz de Albuquerque Junior e Ligia Chiapinni; o único estrangeiro é o inglês Hyden White, precursor destas ideias. No segundo momento, em “A(s) Testemunha(s)”, adentramos no território da Literatura Testemunhal, tal reflexão se torna essencial se considerarmos os objetos de estudo como tal. O cunho testemunhal das fontes e suas funções são analisados juntamente com o autor

Marcio Seligmann-Silva, que ajuda a compreender as características adquiridas pelo autor-testemunha, caso das duas obras literárias analisadas aqui e que conduzem o estudo do imaginário social. Estas são as propostas para o desenvolvimento deste artigo, que parte do pressuposto de que a Literatura pode ser muito útil aos estudos históricos pois “[...] as duas coisas operam concomitantemente, como fossem sistemas de ondas, uma delas sendo do gênero literário que a escrita da história pode adotar (tragédia, comédia, tragicomédia etc.) e a outra da evidência. (...)” (Davis In: PALLARES-BURKE, 2000, p. 107)

História e Literatura

Por que será que os historiadores temem tanto a Literatura? Por que esta obsessão por defender nosso ofício da invasão literária? Por que precisamos fazer da literatura este outro, este estrangeiro, este invasor que nos ameaça? Sempre nos defendemos dizendo que o nosso lado é o da realidade e o da verdade.
Dural Muniz

Mesmo que a história sempre tenha se utilizado de clássicos literários para a compreensão do passado, e apesar de Lucien Febvre ter se dedicado aos estudos literários já nos anos 1940, analisando a obra de Rabelais e dando prosseguimento ao estudo das mentalidades, os debates que levantaram questões essenciais à historiografia, tendo como foco o peso da Literatura diante da pesquisa histórica se iniciam nos anos 1960, em um contexto historiográfico em que as análises macro-estruturais, coletivas e consequentemente generalizantes estavam perdendo força. Mesmo se comunicando com outras áreas de pensamento, como a economia e a sociologia, a História se deixava levar por caminhos duvidosos, estranhos àqueles que a pensavam de maneira mais complexa, incoerente, contraditória, de certa forma mais individual que coletiva, mais simbólica e cultural.

Neste ínterim surge a chamada Nova História Cultural, que basicamente pensa a realidade, além de empírica, simbólica; realidade que concentra em seu cerne as várias formas de representações dos grupos humanos, sejam elas sociais, culturais, artísticas, políticas ou de signos, com a percepção de que essas representações dão sentido ao que chamamos de realidade. Desta forma, é negada a História “limpa e pura” que tomava conta da produção histórica na primeira metade do século XX. A crença na realidade do fato histórico estava se desfazendo, a materialidade e objetividade começavam a ser questionadas, desta forma, a volta da narrativa, de seus personagens, das relações, dos sentimentos, do imaterial, do subjetivo e do simbólico emergem como consequência do processo de pensar as formas de escrita da história.

Esta História Cultural que questiona as investigações históricas e sua objetividade interpretará o discurso do historiador como sendo uma construção da realidade, e não a própria. Essa interpretação, segundo Albuquerque Júnior, desmascara a identidade de quem pesquisa, investiga, reflete e constrói a História, sendo assim, a imparcialidade do discurso, sua coleta de dados, sua linha teórica, seu ponto de vista, sua seleção de fontes, o enfoque e o objeto a serem estudados se desnudam, ficam cientificamente “enfraquecidos”. Assumindo esta posição clara sobre a composição do discurso histórico, a História Cultural acredita que todo evento histórico é cultural e simbólico.

Para a história cultural, portanto, a invenção do acontecimento histórico, de qualquer objeto ou sujeito da história, se dá no presente, mesmo quando analisa as várias camadas de discursos que o constituíram ao longo do tempo, pois esta historiografia é atravessada pelos tropos da ironia que traz a participação do discurso do historiador na construção da realidade que narra para o centro da reflexão. O historiador irônico não é aquele que se coloca fora do acontecimento que enuncia, do tempo que narra, mas que sabe que seu próprio discurso é mais uma dobra no inabarcável arquivo de enunciações que insti-

tuem dados sujeitos e dados objetos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.26)

O embate teórico interdisciplinar torna-se fundamental para que os estudos comparativos entre escrita da história e escrita literária sejam realizados questionando as fronteiras entre arte e ciência; ficção e verdade; gêneros literários; narrativa histórica e narrativa literária. Talvez o maior expoente dessas ideias seja o historiador Hayden White, irônico e muitas vezes discriminado, o autor contesta a cientificidade historiográfica de várias formas, afirma ser a História inimiga tanto da arte como da ciência, mesmo que inescrupulosamente reivindique os privilégios artísticos e científicos. A distinção entre um e outro nesse caso é inviável já que o artista expressa sua visão de mundo, sua opinião, e o cientista suas hipóteses e sua interpretação.

Fazendo uso da literatura oitocentista e novecentista, White denuncia a hostilidade que se firmou pelo lado dos escritores e pensadores para com a consciência histórica. Levando em conta a militância positivista do século XIX e a incredulidade na junção entre arte e ciência na construção do conhecimento histórico, os historiadores são acusados de terem adquirido uma “sensibilidade reprimida”, essa que indicia o desprezo pela experiência histórica e seus reais significados, ou seja, ao mesmo tempo em que o historiador constrói heróis, revoluções e civilizações antigas, ele reprime ou até mesmo mata seu espírito criativo e sensível.

(...) Em resumo, o golpe desferido contra o historiador por parte dos escritores modernos é também um golpe moral; mas, enquanto o cientista o acusa apenas de uma falha metodológica ou intelectual, o artista o indicia por uma falta de sensibilidade ou vontade. (WHITE, 1994, p. 44)

Esse será o fardo do historiador segundo White, tentar descobrir de que forma se libertar de

teorias e métodos que limitam seu ofício, para que possa lançar mão de novos artefatos de produção historiográfica.

(...) E segue-se que o fardo do historiador em nossa época é restabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que os coloque em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo, ou seja, transforme os estudos históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do *fardo da história*. (WHITE, 1994, p. 53)

Estabelece-se assim uma nova relação do historiador com o passado. Por meio dos códigos literários os documentos evocam lembranças e as memórias ganham movimento. O estudo do passado teria como objetivo fornecer perspectivas e soluções para o tempo presente, ou seja, permitiria a interferência do historiador sobre o mundo social. Isso é possível pela intersecção entre as técnicas de análise e de representação da arte e da ciência que irão dialogar culturalmente com sua época. Conforme White, esse diálogo não implica em continuidade, mas sim em ruptura:

(...) O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. (...) (WHITE, 1994, p. 63)

Um dos autores que se inserem nessa discussão no Brasil é o historiador Antonio Celso Ferreira, que defende uma renovação teórico-metodológica com a ampliação das fronteiras móveis e desafios disciplinares. Ferreira volta há dois séculos para demonstrar como ocorreu esse distanciamento entre história e literatura. Ele afirma que com o avanço do racionalismo, e a história ganhando seu estatuto de ciência no século XIX, as forças ficcionais e poéticas da narrativa histórica foram praticamente extintas. Os estudos historiográficos, juntamente com a

elaboração de teorias, fecharam-se para a parte criativa da produção histórica. Ela estava, desde então, fadada a promoção do cientista como homem objetivo, tendo o artista como integrante do “espaço maldito dos rebeldes”:

(...) Poesia, filosofia, arte e ficção seriam progressivamente desqualificadas como modos de conhecimento da realidade, passando a habitar um terreno quase etéreo: lugar de fantasia para o artista ou de metafísica para o intelectual; espaço maldito dos rebeldes ou ilha de pura fruição estética para o homem refinado. De outro lado habitariam a ciência dos homens sensatos e progressistas, com suas leis e seus postulados de objetividade, racionalidade ou referencialidade, cumprindo funções utilitárias. (...) (FERREIRA, 1996, p.35)

O que fica em evidência, é o fato que os historiadores interessados no enlace com a literatura, seriam condenados a uma espécie de limbo, e que o preço da sua rebeldia seria o exílio do mundo considerado científico nesse sentido. Podemos afirmar que Ferreira propõe uma história multissignificativa e capaz de transformações. Através da influência whiteniana, o autor indica as grandes linhas do debate sobre as relações história-literatura, e da crítica aos conservadores e cientificistas que descartam a mobilidade das fronteiras de conhecimento e suas formas de expressão e representação:

(...) A história, ao contrário do que sua concepção científica afirmaria, não se distingue da *filosofia da história*. Além disso ela seria *uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa* que é, em geral, *prefigurado poeticamente por estruturas de enredo* e uso de *tropos retóricos*. Em resumo, nossa atividade intelectual seria ao mesmo tempo *poética, científica e filosófica*. (...) (FERREIRA, 1996, p.29)

É incontestável a afirmação de que a linguagem está no centro de qualquer atividade humana, sendo ela produzida ou produtora das relações sociais de determinado lugar em determinada época. Uma das formas de produção discursiva é a literatura, esta muitas vezes não se ocupa da realidade mas das possibilidades.

Outro autor engajado na aproximação entre História e Literatura é o brasileiro Nicolau Sevcenko. É no seu livro que encontramos estudos que sugerem o material literário como fonte para pesquisa histórica, uma vez que a produção literária de um autor, que se insere sempre em um universo social determinado, que reflete parcialmente a sociedade em que vive, o que pensa parte dela, e quais as características do seu meio social. A interdependência entre História e Literatura é nítida:

(...) Nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. (...) (SEVCENKO, s/d, p. 246)

A indignação, a luta, a dor, a felicidade, os sonhos e o porvir fazem parte do texto literário, estas características inseridas no texto emergem da realidade do autor; a pobreza, a riqueza, a marginalidade, o conformismo e a inquietação surgem primeiramente na vida efetiva de quem escreve, principalmente em momentos de tensões políticas, econômicas e sociais – muito visadas pelos historiadores – que intrigam e desestabilizam o ser humano. Desse modo a história serve de instrumento para legitimar ou não, partes do discurso literário.

(...) Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?

“A(s) testemunha(s)”

Durante muito tempo os estudos que envolviam possíveis diálogos entre História e Literatura causaram polêmica, hoje, apesar de algumas resistências, a literatura já compõe o repertório das fontes históricas. Partindo dos pressupostos há pouco analisados da Nova História Cultural, podemos pensar a fonte literária como forma de expressão, que ao mesmo tempo em que adquire aspectos artísticos, adquire aspectos reais que se valem pelo seu peso simbólico. Podemos considerar que esta fonte é produzida pelo seu tempo, por isto essa forma de expressão consequentemente é uma obra cultural.

No caso deste trabalho, avaliamos outro gênero literário, que é o da Literatura Testemunhal, para pensarmos a constituição do imaginário social na época da ditadura militar. Levando em conta o contexto histórico das obras, ou seja, a ditadura militar no Brasil, concluímos que *O que é isso companheiro?*, de 1979, e *1968: o ano que não terminou*, de 1988 foram, entre outros, os primeiros vestígios a serem publicados desvendando detalhes, manobras e modos de coerção aplicados pelo regime militar. As duas obras adquirem cunho testemunhal, pois os autores Fernando Gabeira e Zuenir Ventura, além de espectadores, eram agentes, sujeitos dos acontecimentos que permearam o final da década de 1960. Através do discurso, das opiniões, conclusões e contradições dos autores-testemunhas podemos pensar na construção de um imaginário social que se estabeleceu em um período conturbado em que a censura televisiva, artística, política, comportamental e principalmente documental era determinante. Neste sentido, Chiappini afirma que:

Não é de hoje tampouco que a arte e a literatura são vistas como formas de conhecimento, como testemunhos sobre fatos e processos históricos, como intérpretes e produtoras de opinião, contraditórias e comprometidas com grupos dominantes ou dominados, com maiorias e minorias sociais, étnicas, culturais. Mas diversos estudos já demonstraram que as obras de alta elaboração estética confrontam e contrastam dialógicamente os valores e, como tal, permite ao leitor problematizá-los. (CHIAPPINI, 2000, p. 23)

O que é isso companheiro?, de Fernando Gabeira, trata do seu envolvimento com as manifestações que ocorreram em 1968, suas escolhas políticas, a vida de guerrilheiro clandestino e a luta armada; o livro agrega com detalhes o caso do sequestro do embaixador americano, em 1969, no Rio de Janeiro, que Gabeira ajudou a articular. Este episódio ficou nacionalmente conhecido com o lançamento do filme homônimo, em 1997, sob a direção de Bruno Barreto. Diferentemente da obra de Zuenir Ventura, Gabeira escreve com base em suas lembranças, sua memória; não utiliza fontes jornalísticas ou entrevistas para recompor seus passos. Ao passo em que foi um dos primeiros escritores a revelar os maus-tratos e torturas dos porões do regime militar, inteligentemente se definiu apenas guia dos acontecimentos:

Posso contar como vi aquela luta interna. Posso tentar simplificar para que todos entendam o que era exatamente. Mil vezes mais autorizadas que a minha vão surgir. Sou apenas um guia que vai apontar para que lado foi a caravana. Os atalhos que tomou vão aparecendo nos outros casos que forem contados em público. (GABEIRA, 1986, p. 33)

Quem nos leva por estes atalhos é Zuenir Ventura, que como já foi dito, constitui sua obra de maneira diferente, utilizando-se de jornais, revistas, entrevistas, músicas e documentos oficiais da ditadura para recompor o cenário urbano-comportamental que se instalava em 1968. Tido como livro-reportagem, pois contém características jornalísticas e de informação, a obra não perde seu cunho testemunhal por causa da sua literariedade, onde ficam claras as opiniões,

avaliações e posicionamentos do autor acerca dos episódios que ele testemunhou.

Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-e-espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto – muitas vezes desesperado; outras, autoritário –, mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas – certamente nenhuma depois dela – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. (VENTURA, 2008, p. 18)

Podemos afirmar que a obra de Gabeira tem uma escrita menos generalizante, mais pessoal e individual, justamente por ser narrada em primeira pessoa. Em contraposição, Zuenir Ventura fala em nome de uma geração “[...] romântica geração de Aquário [...]” (p. 18) “[...] geração solar, escancarada e comunicativa [...]” (p. 19) “[...] geração tagarela [...]” (p. 31) “[...] geração, que se autodenominava orgulhosamente de ‘pra frente?’” (p. 33) “[...] geração de jovens intelectualizados [...]” (p. 39) “[...] a última geração loquaz’ [...]” (p. 52) “[...] espetacular, pública e gregária geração de 68.” (p. 81) “[...] ‘Geração Paissandu’, isto é, da vanguarda intelectual. (...)” (p. 53) . Atrai para seu texto não só a política, mas principalmente o comportamento, o jeito de se vestir, de cortar (ou não) o cabelo, da música, do teatro, do cinema, do sexo, das drogas, dos livros, ou seja, da cultura nascente que sofria influência do maio francês. Narra acontecimentos, manifestações, festas, reuniões e encontros para delinear uma geração da qual fazia parte, em um tempo em que, segundo ele, era um tempo sem meios tons.

Os nossos heróis são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. (...) Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao *político*: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento. (VENTURA, 2008, p. 19)

Como podemos perceber, a literatura

testemunhal absorve significativamente uma função identitária, ela tem o poder de aglutinar “[...] populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta [...]” (Seligmann-Silva, 2005, p. 90). Este caráter se torna perceptível nas duas obras analisadas em que é retratada a luta contra um regime autoritário, a união de uma parcela da população, em seus diferentes segmentos, seja na luta armada, seja o vínculo partidário, o apelo intelectual ou, simplesmente, a participação coadjuvante, representando a oposição ao governo. Nos termos dos próprios autores, eles representam a “classe” dominada lutando por liberdade contra a “classe” dominante. Não podemos nos equivocar e pensar o testemunho como gênero auto-biográfico ou como historiografia, mas sim, refletir sobre seu peso simbólico e até que ponto o “real”, a imaginação e os conceitos se distinguem.

Já aqui na teoria do testemunho, ao em vez do acento na subjetividade e indizibilidade da vivência, destaca-se o ser “coletivo” da testemunha (Achugar 1994: 16). Evidentemente o ponto de vista é essencial aqui e o testemunho é parte da política tanto da memória como da história. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89)

Se a História é composta por contradições, não é diferente com os textos literários, inclusive o testemunho. Um dos motivos da seleção de *O que é isso companheiro?*, e de *1968: o ano que não terminou*, para compor este trabalho nasceu das divergências e contradições encontradas quando as obras são comparadas. Esta comparação é feita para delinear o cunho testemunhal das obras que explicitamente mostram suas opiniões e pontos de vista. Para Ventura:

Era difícil ser indiferente naqueles tempos apaixonados. Também, havia muito o que discutir. Discutia-se nas universidades, nas assembleias, nas passeatas, nos bares, nas praias: a altura das saias, o caráter socialista da revolução brasileira, o tamanho dos cabelos, os efeitos da pílula anticoncepcional, as teorias inovadoras de Marcuse, as idéias de Luács, o revisionismo de Althusser. (VENTURA, 2008, p. 72)

Enquanto que, para Gabeira:

Havia muita bandeira vermelha e preta para nosso gosto. E certas palavras de ordem – “Proibido Proibir” – soavam muito anarquistas para quem estava se preparando para luta armada e propondo um tipo de organização muito mais rígida que a do PC. (GABEIRA, 1986, p. 86)

Observe que para Gabeira o comportamento revolucionário dos jovens manifestantes de 1968 estava deslocado, irresponsavelmente anárquico para quem pretendia algo mais. Por outro lado, Ventura pensa na revolução política juntamente com a comportamental, a liberdade sexual, intelectual e a rebeldia é que caracterizaram aqueles “tempos apaixonantes”.

O autor Marcio Seligmann-Silva estuda a importância da literatura testemunhal para dar sua visão da história em contraposição aos documentos oficiais. O século XX se torna específico para este gênero, pois foi um século de grandes traumas, catástrofes e imposições sociais, desde as guerras mundiais até as ditaduras militares da segunda metade do século XX, na América Latina, muitas vezes o que restou destes eventos foram os relatos individuais ou coletivos das testemunhas das tragédias. Isso se torna precioso ao passo que muitos documentos foram extraviados, propositalmente ou não, para extinguir ou senão evitar vestígios que denotassem o iníquo. Neste ponto se concentra mais uma função da literatura testemunhal na pesquisa histórica, desfazer-se do oficial para construir uma contra-história.

A literatura de testemunho antes de qualquer coisa apresenta-se como um registro de história. Na qualidade de contra-história ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial. Não existe aqui o topos da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado: enfatiza-se a continuidade da opressão e da sua onipresença no continente “latino-americano”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89)

Aqui se encontram dois pontos de vista discrepantes da história oficial, aceitavelmente

discrepantes entre si. As ponderações dos autores sobre o período ao invés de limitar nossa compreensão amplia nosso horizonte de questionamentos, interpretações e problematizações. Podemos analisar algumas avaliações de Ventura:

Na mesma época, em outro país, a Alemanha, o igualmente célebre filósofo Jürgen Habermas chamou os jovens iracundos de 68 de ‘fascistas de esquerda’, mas hoje, reconhece que toda a atualidade cultural, da ecologia ao individualismo, começou a brotar naquele ano. (VENTURA, 2008, p.17)

A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil [...] (VENTURA, 2008, p. 52)

e diferentes avaliações de Gabeira:

Até que ponto não éramos modelos de um stalinismo agonizante em tantos pontos do mundo? Perguntas feitas na cama, nas muitas celas pelas quais passei. (GABEIRA, 1986, p. 209)

O assustador naquela período da exaltação ao militarismo foi o quanto andamos perto de uma visão muito rígida e burocratizante, incapaz de libertar não apenas as forças culturais dos setores onde atuávamos, mas incapaz inclusive de liberar nossa própria potencialidade. (GABEIRA, 1986, p. 183)

Como já foi dito, os textos literários integram o repertório de fontes históricas, é inevitável a tentativa de compreender os eventos históricos através da Literatura, neste caso ela representa a luta social travada no final da década de 1960 entre o povo e o regime militar. Servem de fonte para problematizar e pensar o imaginário social de seu tempo. Este tipo de análise das obras e seu contexto busca em linhas gerais:

Analisar como são criadas nos textos as representações sociais, nacionais, regionais, morais, ideológicas, científicas, religiosas, sexuais ou de gênero e etnia; as visões da cidade ou do campo, da natureza e da técnica, do passado e da modernidade, das lutas sociais, do mundo profissional, da riqueza e da miséria, do trabalho e do lazer, da norma e do desvio; as manifestações do imaginário histórico coletivo e da subjetividade de homens e mulheres. (FERREIRA, 2009, p. 83)

Conclusão

Tanto White como seus discípulos brasileiros não conseguem admitir o crivo da verdade absoluta na pesquisa historiográfica, não visam o documento como algo concreto e imutável, nem o homem como ser objetivo e insensível; concordam que todas as narrativas históricas contêm um elemento de interpretação, além disso, o próprio material coletado, o olhar lançado sobre as fontes e a classificação específica de “dados” e “fatos” conduzem o historiador a explicar, ou senão, interpretar parcialmente e de forma particular os processos históricos. Este artigo tenta dar continuidade a militância historiográfica pela aproximação entre História e Literatura, seja remontando a pesquisa histórica através de fontes literárias, ou até mesmo, a inserção da narrativa literária, de forma compatível, com a narrativa histórica.

Se passarmos pelos bosques da ficção juntamente com o semiólogo e romancista Umberto Eco, conheceremos as convergências existentes nos diferentes caminhos e trilhas que aproximam a ficção e a vida real. Eco nos diz que toda a investigação e pesquisa científica têm como ingrediente referências do mundo ficcional. O impacto histórico do século XX tornou reais fatos e objetos considerados ficcionais, as duas guerras mundiais, a bomba atômica, o avião, o computador, o celular etc. Ou seja, o que ontem era ficção, hoje é realidade, o que ontem era imaginação, hoje é palpável. Exemplo disto é a revolução tecnológica ou a turbulenta mudança de mentalidades nas diferentes partes do mundo. É a velocidade e a violência dos choques culturais que fazem com que o historiador não possa mais deixar suas conjecturas de lado ao querer interpretar determinada época ou sociedade.

E, assim, é fácil entender por que a ficção nos

fascina tanto. Ela nos proporciona a oportunidade de utilizar infinitamente nossas faculdades para perceber o mundo e reconstituir o passado. A ficção tem a mesma função dos jogos. Brincando as crianças, aprendem a viver, porque simulam situações que poderão se encontrar como adultos. E é por meio da ficção que nós, adultos, exercitamos nossa capacidade de estruturar nossa experiência passada e presente. (ECO, 1994, p. 137)

Seria saudável à historiografia desmascarar a história-verdade, e, através de transformações, tanto na narrativa como no tratamento de fontes, divulgar uma História que possa ser difundida e que o leitor interessado se sinta livre para fazer suas escolhas e preencher suas lacunas interpretativas. Este é o objetivo deste trabalho que fez uso das fontes literárias *O que é isso companheiro? e 1968- o ano que não terminou* para estudar o imaginário social, histórico e coletivo que se constitui através dos diferentes acontecimentos narrados pelos autores em seus diferentes pontos de vista, sempre compreendendo o caráter simbólico diante da pesquisa histórica; pois “[...] a história é um trem fantasma, sem nenhum razoável manual de uso para os seus ingênuos passageiros”. (GABEIRA, 1994, p. 58)

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da História**. Bauru, SP: Edusp, 2007.

CHIAPPINI, Ligia. “Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos”. **Literatura e Sociedade**. n. 05. São Paulo. USP/DTLLC, 2000, p. 18-28.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FERREIRA, Antonio Celso. “História e Literatura: Fronteiras Móveis e Desafios Disciplinares” –

Revista Pós-História, UNESP, São Paulo, 1996.

FERREIRA, Antonio Celso. “A Fonte Fecunda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (org) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 32. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GABEIRA, Fernando. **Etc & Tao: crônicas de fim de século**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história: Nove entrevistas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: 34, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

VENTURA, Zuenir. **1968 – O ano que não terminou**. 3.ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. Trad. Alípio C. França Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

Artigo enviado em: 27/07/2010

Aceite em: 09/08/2010